

DIRECÇÃO-GERAL DA COMUNICAÇÃO

DIRECÇÃO B — GABINETES DE LIGAÇÃO

GABINETE DE LIGAÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU EM PORTUGAL

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO

Concurso público

**Serviços de apoio à organização das atividades de comunicação e de
informação do gabinete de ligação em Portugal**

DG COMM/AWD/2018/552

1 INTRODUÇÃO

O presente caderno de encargos faz parte integrante da documentação preparada para os concorrentes ao presente concurso. Esta documentação consiste no seguinte:

- o anúncio de concurso;
- a carta de convite à apresentação de propostas;
- as condições para a apresentação de propostas;
- o caderno de encargos e seus anexos;
- o modelo de contrato e seus anexos.

O presente caderno de encargos é completado pelos seguintes anexos, que fazem parte integrante do mesmo:

Anexo I: Lista de preços:

Anexo II: Política ambiental do Parlamento Europeu

Anexo III: Declaração do proponente, sob compromisso de honra, relativa aos critérios de exclusão e de seleção

Anexo IV: Identificação financeira do fornecedor

Anexo V: Ficha de informações sobre os agrupamentos de operadores económicos

Anexo VI: Declaração sobre os subcontratantes

Anexo VII: Etiqueta a colocar nos sobrescritos exterior e interior quando do envio da proposta

Anexo VIII: Estudo de caso

Anexo IX: Diretrizes para uma comunicação coerente

PARTE I – INFORMAÇÕES GERAIS

2 OBJETO DO CONTRATO

Em conformidade com o disposto no Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, o Parlamento Europeu decidiu lançar o presente concurso com vista à celebração de um contrato relativo à prestação de serviços de apoio à organização das atividades de comunicação e de informação dos gabinetes de ligação do Parlamento Europeu. O presente contrato tem por objeto as atividades realizadas pelo gabinete de ligação do Parlamento Europeu em Portugal.

3 DESCRIÇÃO, OBJETIVO E ESTIMATIVA DO MONTANTE DO CONTRATO

O objetivo do contrato é prestar apoio e assistência técnica à organização de atividades de comunicação e de informação dos gabinetes de ligação do Parlamento Europeu destinadas às partes interessadas, aos meios de comunicação e ao público em geral, que frequentemente têm grande importância política e estratégica e requerem uma logística complexa. Em termos gerais, o contraente deverá desempenhar duas funções principais:

- Prestação de serviços de aconselhamento estratégico, consultoria e apoio no domínio da comunicação e da informação;
- Gestão de tarefas associadas, através da contratação e coordenação de prestadores de serviços terceiros, nomeadamente no que respeita à organização de eventos.

3.1 Contexto da organização de atividades de comunicação e de informação

A nível nacional, os gabinetes de ligação do Parlamento Europeu são responsáveis pela implementação da estratégia de informação e de comunicação do Parlamento Europeu nos Estados-Membros. Enquanto parte integrante da Direção-Geral da Comunicação (DG COMM), ajudam a forjar a reputação da União Europeia pondo em evidência a sua legitimidade democrática, encarnada pelo Parlamento Europeu.

3.1.1 Missão da Direção-Geral da Comunicação

*Forjar a reputação da União Europeia
pondo em evidência a sua legitimidade democrática,
encarnada pelo Parlamento Europeu.*

3.1.2 Comunicação coerente do Parlamento Europeu

O contraente deve estar ciente de que o serviço de comunicação institucional do Parlamento Europeu elaborou uma estratégia de comunicação coerente, que racionaliza todos os esforços de comunicação institucional de forma coerente (anexo IX).

Todas as ações de comunicação empreendidas pelo Parlamento Europeu enquanto instituição devem ser tão coerentes quanto possível. Isto significa que qualquer comunicação deve assentar nos três pilares que determinam a identidade do Parlamento Europeu, tanto no plano do discurso como do estilo visual. O proponente deverá, por conseguinte, **ter em conta estes três pilares** e velar por que estes orientem a conceção da proposta e sejam plenamente integrados na sua execução:

1. O Parlamento Europeu como órgão de poder e influência democráticos

O poder do Parlamento Europeu emana de duas diferentes, mas igualmente importantes, fontes de poder:

O poder formal, como o poder legislativo e orçamental, bem como o poder de escrutínio que decorre dos Tratados.

O poder informal, que é a influência exercida pela Instituição resultante da autoridade moral do Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu pode influenciar o panorama político através de diversos meios: por exemplo, pode contribuir para uma maior sensibilização, inscrevendo temas na agenda política, mediática e social, e debatendo-os, ou mediante a atribuição de prémios como o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, etc.

2. O Parlamento Europeu enquanto instituição jovem e aberta

É aberta: A democracia e o debate são os pilares do Parlamento Europeu. Isto significa que, enquanto instituição, se preocupa e se sente obrigado, pela sua própria natureza, a mostrar-se aberto em todas as frentes. É mais do que uma mera instância física: é uma tribuna onde as pessoas se reúnem para debater, obter consensos e resolver problemas.

É jovem: A maioria dos parlamentos nacionais na Europa tem uma longa história e uma forte tradição e legitimidade democráticas que ninguém questiona. Em contrapartida, o Parlamento Europeu é jovem e encontra-se ainda em fase de desenvolvimento do seu papel e das suas competências, um processo que requer um certo tempo. O seu papel nem sempre é universalmente compreendido e aceite.

3. O Parlamento Europeu enquanto poder dos cidadãos europeus e para os cidadãos.

O Parlamento Europeu, ao ser a única instituição eleita por sufrágio direto, e, em particular, os deputados que o compõem, representam os cidadãos da União Europeia. Com efeito, os cidadãos são o ponto de partida (eleições) e de chegada (legislação) da atividade parlamentar. Manter o contacto com os cidadãos é uma tarefa essencial do Parlamento Europeu, com uma dimensão que não é aplicável a nenhuma outra instituição da UE. O que o diferencia dos parlamentos nacionais é que o Parlamento Europeu é o local onde se escuta e se partilha a diversidade de opiniões não só das diferentes fações políticas, mas também dos 28 Estados-Membros.

No seu conjunto, os três pilares representam os elementos que são específicos do Parlamento Europeu e que o distinguem das outras instituições da UE, das entidades nacionais e dos órgãos políticos. Estão omnipresentes em todos os aspetos do trabalho quotidiano do Parlamento, quer seja de forma individual, em pares ou em conjunto.

3.1.3 Princípios fundamentais da comunicação do Parlamento Europeu

Planeamos toda a nossa comunicação através do quadro OASIS

Entendemos toda a nossa comunicação no contexto de uma campanha mais vasta: qual o objetivo que queremos atingir e onde é que ele encaixa? Garantimos assim a vinculação de todo o nosso trabalho a um objetivo claro e a possibilidade de avaliar o impacto de todas as nossas atividades.

Consideramos as campanhas como sendo uma sequência programada de comunicações e interações que utiliza um discurso forte para obter um resultado definido e quantificável. O OASIS (Objectives (objetivos) - Audience insight (conhecimento do público) - Strategy/Idea (estratégia/ideia) - Implementation (aplicação) - Scoring/evaluation

(qualificação/avaliação)) é uma série de etapas que introduz ordem e clareza na programação das campanhas, que pode ser, por vezes, um processo complexo e exigente. Por conseguinte, aplicamos este quadro de forma rigorosa para profissionalizar a nossa abordagem da comunicação e tornar o processo de planeamento mais simples e mais fácil de recordar.

A nossa abordagem da comunicação está centrada no público

O Parlamento Europeu comunica com diferentes tipos de público em 28 contextos nacionais diferentes. Por conseguinte, esforçamo-nos por ver as coisas do ponto de vista do nosso público e não da nossa instituição. Tal significa que devemos, em primeiro lugar, ter uma ideia clara de quem é o nosso público (nunca utilizamos a expressão «público em geral»), do que é importante para ele, da forma como consome os meios de comunicação social e quais são os seus principais interesses. O conhecimento que temos do público não se baseia em opiniões pessoais, mas em dados e informações sólidos.

Entendemos que gerar confiança e criar um verdadeiro compromisso é um processo que requer tempo e dedicação.

Atribuímos maior importância à distribuição do que à produção

Nunca desenvolvemos produtos sem ter primeiro um plano de distribuição claro. A nossa abordagem orçamental consiste em estar seguros de que difundimos as nossas mensagens, não em gerar conteúdos só por gerar.

Colocamos os dados, as informações e a avaliação no cerne do nosso trabalho

Uma abordagem sólida, baseada em provas factuais, permite-nos ter uma linguagem de verdade. Velamos, portanto, por que o nosso trabalho se baseie no conhecimento do público, adotando uma abordagem baseada nos dados para definir e avaliar a nossa comunicação. Tal significa que as nossas decisões resultam de uma análise rigorosa dos elementos de prova sobre o público e os canais, bem como sobre a eficácia e o impacto do nosso trabalho.

Na prática, isto significa que fazemos inquéritos sobre os nossos grupos-alvo para obter informações sobre o seu comportamento, o que fomenta a sua participação, os seus hábitos de comunicação, etc. Recolhemos dados e avaliamos a satisfação dos nossos interlocutores através da realização de sondagens de opinião. Acompanhamos a cobertura mediática e a participação nas redes sociais. Avaliamos todas as nossas ações de comunicação em função dos objetivos específicos fixados e procuramos sempre melhorar a relação custo-eficácia. Não prorrogamos o orçamento para ações recorrentes que não tenham sido rigorosamente avaliadas e não tenham obtido resultados satisfatórios. Uma seleção dos dados que recolhemos alimenta igualmente um sistema de indicadores-chave de desempenho que contribui para dar uma perspetiva da nossa eficiência global ao longo do tempo e fornece elementos de prova para a tomada de decisões estratégicas.

Acima de tudo, interrogamo-nos sempre sobre o que fazemos e a forma como o fazemos. Esforçamo-nos por melhorar continuamente o nosso trabalho e os nossos resultados.

3.1.4 Os nossos canais e técnicas de comunicação

A Direção-Geral da Comunicação prossegue a sua missão (ver ponto 3.1) através de cinco canais ou técnicas essenciais que nos ajudam a dialogar, direta ou indiretamente, com o nosso público-alvo.

1. Meios de comunicação social

Os meios de comunicação social são importantes multiplicadores de opinião: têm um enorme impacto sobre a visão do mundo das pessoas e influenciam consideravelmente as

suas prioridades. Um aspeto essencial dos nossos trabalhos é, por conseguinte, fornecer aos meios de comunicação social informações, ferramentas e recursos para os incentivar e os ajudar a assegurar a cobertura informativa do Parlamento Europeu. Agimos a nível central (em Bruxelas e em Estrasburgo) e a nível local (nos Estados-Membros e das regiões, através dos gabinetes de ligação do Parlamento Europeu). Estamos conscientes de que fomentar as relações com os meios de comunicação social é um processo de longo prazo que requer uma abordagem proativa. Estabelecemos prioridades do nosso tempo, esforços e recursos, privilegiando os meios de comunicação que têm maior repercussão sobre o nosso público-alvo.

2. Comunicação digital

A comunicação digital através de canais em linha e redes sociais constitui uma das formas mais eficazes de estabelecer o diálogo com as pessoas à distância. As redes sociais são particularmente importantes para entrar em contacto com o público jovem e acompanhar as suas opiniões e hábitos.

A utilização inteligente da comunicação digital permite-nos chegar aos grupos-alvo muito específicos numa vasta gama de países, a um custo relativamente baixo. Estamos conscientes de que a comunicação digital evolui incessantemente e que, por conseguinte, exige que nos adaptemos e evoluamos constantemente. Também implica a necessidade de aceitarmos uma certa perda de controlo.

Na DG COMM, estamos presentes nas redes sociais tanto através das nossas plataformas em linha como através dos nossas redes sociais centrais e nacionais.

3. Campanhas

As campanhas mobilizam todos os instrumentos e canais da DG numa ação de comunicação única e orientada, que visa alcançar um resultado preciso: maior sensibilização, apelo a uma ação específica, etc. Todas as campanhas servem para apoiar a missão geral da DG COMM. Constan de uma mistura de meios próprios, pagos e gratuitos, e são planeados de acordo com o quadro OASIS para garantir clareza e eficácia.

Embora as campanhas centralizadas possam ser dirigidas por uma unidade ou direção específicas, constituem uma ação que abarca toda a DG e que conta com o apoio de todos os instrumentos e canais de distribuição internos necessários.

4. Oferta em matéria de acolhimento e de manifestações destinadas aos visitantes

As portas do Parlamento Europeu estão sempre abertas aos cidadãos, porque o Parlamento lhes pertence. Por esta razão, não só oferecemos visitas guiadas à instituição, como dispomos de uma vasta oferta para as pessoas que nos visitam nas sedes e nos Estados-Membros. Entendemos que, embora os meios de comunicação social e a comunicação digital tenham um amplo impacto devido à dimensão do público a que se dirigem, é a interação direta com o Parlamento Europeu (através da nossa oferta em matéria de acolhimento e de manifestações destinadas aos visitantes) que proporciona o mais elevado grau de intensidade de comunicação com o nosso público e a melhor qualidade de contacto.

Tiramos partido desta abordagem não só oferecendo ao público uma «experiência» memorável, mas também mantendo o contacto com os visitantes uma vez finalizada a visita. O nosso objetivo final consiste em mobilizar as pessoas que nos visitam para que sejam os embaixadores do Parlamento Europeu e, chegado o momento, promotores ativos do poder democrático dos cidadãos no período que antecede as eleições.

5. Compromisso estratégico

O compromisso com as partes interessadas e outros multiplicadores de opinião desempenha uma dupla função:

-)] ajuda-nos a chegar a um público mais vasto graças aos parceiros e aliados que ajudam a difundir mais as nossas mensagens;
-)] garante que as nossas mensagens chegam ao público-alvo através de uma fonte que este conhece e em que confia, com o consequente aumento de credibilidade.

Quando decorre corretamente, o compromisso estratégico, assumido pelos serviços centrais e pelos gabinetes de ligação do Parlamento Europeu, não só alarga o nosso raio de alcance, como contribui para forjar a nossa reputação. Os alvos principais neste domínio são os parceiros pró-europeus e institucionais, os grupos da sociedade civil ou as redes e os interlocutores setoriais.

Para efeitos do presente contrato, a responsabilidade operacional, em particular a definição das atividades e o contacto diário com o contraente, incumbe ao gabinete de ligação do Parlamento Europeu. A conclusão de contratos e o pagamento de faturas ficam principalmente a cargo dos serviços centrais do Parlamento Europeu, em Bruxelas.

3.2 Tipos de atividades a realizar

Para a consecução dos objetivos em matéria de comunicação do Parlamento Europeu, o gabinete de ligação efetua um conjunto de diferentes atividades destinadas ao seu diverso público-alvo. A título de exemplo, as atividades a realizar pelo contraente podem incluir:

- Assistência e apoio com atividades de relações públicas, bem como estratégia e relações com os meios de comunicação social: assistência à definição pormenorizada do conceito, do programa e do cenário dos eventos de acordo com as indicações do gabinete de ligação do Parlamento Europeu, adaptação do material informativo existente, organização e realização de eventos, proposta e captação de grupos-alvo, parceiros, peritos e moderadores, bem como a coordenação de eventos, ações preparatórias, distribuição de folhetos e cartazes, gestão de registos, envio de convites por correio postal, etc. Assistência ao desenvolvimento de um plano de comunicações, relações com os meios de comunicação, incluindo o acompanhamento dos meios de comunicação social e a cobertura da publicação (incluindo os custos) de *posts* nas redes sociais e a posterior assistência para avaliar o respetivo impacto mediático.
- Presença, quando solicitada, nas manifestações ou na execução de tarefas: espera-se que um representante do adjudicatário esteja presente no local durante toda a duração do evento ou da execução da tarefa específica mencionada na lista de preços. Compete-lhe supervisionar, juntamente com representantes do gabinete de ligação do Parlamento Europeu, o bom funcionamento de todo o evento, incluindo a ligação com os operadores do local da manifestação, a boa organização do serviço de restauração, a coordenação do pessoal e o calendário/horário do evento e do seu desmantelamento.
- Execução logística do evento: apoio e assistência logísticos no dia do evento, locação de equipamento técnico que possa ser necessário durante o evento (equipamento audiovisual, como sistemas de som, projetores, ecrãs, etc.); sugestão e locação de um local adequado, com assentos, mesas e outros elementos adequados, habitualmente necessários para as sessões de informação; realização de produtos específicos (painéis e stands de exposição, reportagem fotográfica, etc.);
- Execução de tarefas logísticas – entrega de material de relações públicas e de documentos impressos; despesas de logística;
- Preparação de material de comunicação – Desenho gráfico e edição, adaptação do material de comunicação existente, impressão de documentos. O gabinete de ligação do Parlamento Europeu fornecerá os temas, textos e imagens de base. O logótipo do Parlamento Europeu deve figurar em todas os produtos e será fornecido pela instituição. O logótipo utilizado deve ser conforme com o guia gráfico institucional do Parlamento Europeu. As provas

definitivas dos desenhos e modelos estão sujeitas à aprovação do gabinete de ligação do Parlamento Europeu.

- Serviços fotográficos – prestação de serviços de um fotógrafo profissional. O fotógrafo tirará fotografias do evento e fornecê-las-á em formato digital de alta resolução imediatamente após o evento. As imagens passarão a ser propriedade do Parlamento Europeu.
- Serviços de restauração: pausas para café, refeições ligeiras, bufetes, receções, etc. Fornecimento aos participantes de bebidas frescas antes do evento e/ou pausas para café e/ou de almoços ou jantares ligeiros no final dos eventos.
- Organização de exposições: locação de material, instalações, montagem e desmontagem.

Os diferentes tipos de eventos organizados pelo gabinete de ligação do Parlamento Europeu incluem, por exemplo:

- Debates no quadro de seminários/ateliês/mesas-redondas especializadas:

Este tipo de reuniões em pequena ou média escala pode realizar-se nas instalações do gabinete de ligação do Parlamento Europeu ou sob a forma de assembleias públicas em outros locais. Costumam centrar-se num tema legislativo específico associado a um calendário específico e a um público-alvo bem definido (partes interessadas, sociedade civil, agentes locais, cidadãos interessados). Em especial, os eventos organizados como assembleias públicas estão concebidos para receber uma ampla cobertura dos meios de comunicação social e das redes sociais.

- Fóruns de debate regionais / Atividades transfronteiriças:

O principal objetivo dos fóruns de debate regional é destacar o impacto das decisões do Parlamento Europeu e a sua influência política nas regiões em que a comunicação sobre um tema específico é particularmente relevante num determinado momento. O público a que se dirigem recebe uma mensagem personalizada e a sua difusão é aumentada graças aos multiplicadores (meios de comunicação, organizações da sociedade civil, etc.).

Os fóruns de debate regional podem ser organizados em colaboração com a Representação da Comissão Europeia, os governos locais, as ONG, as universidades, os centros locais Europe Direct e, no caso dos fóruns transfronteiras, com os gabinetes de ligação do Parlamento Europeu dos países vizinhos. Trata-se de uma série de atividades de comunicação integradas (que, em geral, combinam o debate político com outros eventos), que costumam prolongar-se durante mais de um dia e que se centram numa determinada região afastada das capitais ou dos locais das antenas (abordagem «local»).

- Eventos interativos («estilo reação») numa capital ou região:

Normalmente, estes eventos constam de um programa de meio-dia com 2 a 3 oradores e um jornalista moderador. A retransmissão em direto e a interação com redes sociais garantem um amplo impacto. O programa vai além dos habituais grandes planos do orador, com um forte impacto do primeiro orador em concreto e uma boa mistura de discursos, debates e atividades em rede. O impacto emocional deve mobilizar o público através de imagens fortes (inovadoras, intelectualmente estimulantes, fora do comum) e outros conteúdos audiovisuais adequados.

- Eventos sobre valores: seminários ou debates no âmbito das campanhas do Parlamento Europeu

O objetivo destas campanhas é sensibilizar para os valores que o Parlamento Europeu encarna e defende. O Parlamento Europeu sempre concentrou as suas atividades na defesa

dos interesses dos cidadãos, desde a proteção dos direitos humanos até à proteção da diversidade cultural. Através de vários instrumentos de comunicação, incluindo campanhas, eventos, prémios, etc., estas campanhas têm como objetivo demonstrar que os deputados do Parlamento Europeu - e através deles, os cidadãos - são os atores principais na tarefa de dar forma à visão política da Europa. Enquanto parte destas campanhas organizadas a nível central, o gabinete de ligação do Parlamento Europeu e os espaços públicos europeus em particular podem desempenhar um papel fundamental.

O Parlamento vai realizar grandes campanhas de comunicação a nível central e nos Estados-Membros, no mínimo uma vez por ano, que salientarão os seguintes aspetos:

- As questões dos direitos humanos, em especial a atribuição do prémio Sakharov;
- A diversidade cultural, em especial a atribuição do prémio LUX;
- A igualdade entre géneros e a não-discriminação, em particular, o Dia Internacional da Mulher;
- Qualquer outro valor fundamental defendido pelo Parlamento Europeu, tal como é expresso, por exemplo, nos temas do Ano Europeu ou na atribuição do Prémio do Cidadão.

3.3 O contexto das eleições europeias

No contexto das eleições europeias de 2019, a maioria das atividades será diretamente ligada às campanhas e mensagens correspondentes, o que inclui a identificação e a ativação das redes e multiplicadores a nível nacional, regional e local.

Contrariamente às eleições anteriores, a campanha para esta legislatura é descentralizada, com uma estratégia global que é refinada a nível nacional e conduzida pelo gabinete de ligação do Parlamento Europeu.

Os esforços de comunicação serão desenvolvidos em várias fases. A primeira fase, a decorrer em 2018, corresponderá a uma fase de trabalho preparatório no terreno que terá como objetivo garantir que os cidadãos tenham uma ideia clara da relevância e dos poderes do Parlamento Europeu nas áreas que mais os preocupam. A segunda fase, que decorrerá entre o final de 2018 e o início de 2019, corresponderá ao processo dos cabeças de lista (Spitzenkandidaten) e constituirá o momento essencial da comunicação mediática. A terceira fase, a fase de apelo à ida às urnas (no período que antecede os prazos de inscrição nas listas eleitorais e das eleições propriamente ditas) terá como objetivo informar os eleitores sobre todos os aspetos práticos relativos à votação: Quando têm lugar as eleições? Onde votar? Qual é o prazo de recenseamento eleitoral?

3.4 Serviços a prestar pelo contraente

No que diz respeito à considerável diversidade das atividades a organizar no âmbito do presente contrato, a lista de preços (anexo I) inclui três tipos de serviços:

A — Serviços de consultoria e de assistência (tarifas horárias)

Enumerados na parte A da lista de preços, as tarifas horárias são indicadas para o serviço de base que será diretamente prestado pelo contraente. Compreendem, em particular, o aconselhamento em planificação da comunicação e a assistência técnica.

B — Serviços de produção (preços fixos)

Para uma série de produtos e serviços específicos, que serão fornecidos diretamente pelo contraente, os proponentes têm de indicar um preço fixo «tudo incluído», ou seja, deve cobrir o preço das prestações e entregas de bens, bem como quaisquer comissões ou custos de gestão do contraente.

C — Despesas de gestão / Pagamento a fornecedores terceiros

A natureza, o alcance e a descrição pormenorizada de uma série de atividades de comunicação não podem ser descritos com suficiente pormenor nesta fase. Além disso, não se pode esperar que o contraente possa fornecer diretamente todos os tipos de serviços e produtos necessários. Será, por conseguinte, necessário subcontratar a fornecedores terceiros um certo número de serviços, como, por exemplo, a locação de instalações, os serviços de restauração, as ferramentas de comunicação inovadoras, etc.

As despesas de gestão cobrem a prospeção de mercado e a gestão dos subcontratantes pelo contraente. Compreenderão, nomeadamente, a procura de fornecedores terceiros locais que ofereçam serviços e fornecimentos ao melhor preço e que apresentem o número requerido de orçamentos ao gabinete de ligação do Parlamento Europeu (ver 3.4). Os custos reais destes fornecimentos e serviços externos não fazem parte dos custos de gestão. Os serviços prestados por fornecedores terceiros serão pagos em suplemento pelo contraente, que se fará posteriormente reembolsar com base na sua fatura final transmitida ao Parlamento Europeu.

3.5 Execução do contrato-quadro, desempenho das tarefas e relações com o Parlamento Europeu

O contrato-quadro é executado com base em notas de encomenda. O sistema é o seguinte:

Pedido de serviço e projeto de proposta

As tarefas específicas a realizar no quadro do evento serão objeto de um **pedido de serviços, por escrito**, ao gabinete de ligação do Parlamento Europeu. O local de prestação do serviço e as suas características específicas serão definidos para cada tarefa. Salvo disposição em contrário inscrita no pedido de serviços, o contraente disporá de um prazo máximo de 14 dias para apresentar uma **proposta detalhada**, elaborada com base na lista de preços, utilizando elementos individuais das suas secções A, B e C, ou uma combinação destes elementos.

Em função da localização, tipo, características e valor estimado do evento, o contraente deverá obter orçamentos junto de diferentes fornecedores terceiros para cada um dos produtos e serviços em causa:

-) valor da prestação do fornecedor terceiro $\leq 15\,000$ € entre um e três orçamentos, consoante o especificado no pedido de serviços;
-) valor da prestação do fornecedor terceiro entre 15 000 € e 60 000 € três orçamentos
-) valor da prestação do fornecedor terceiro entre 60 000 € e 135 000 € cinco orçamentos

Caso, a título excecional, o contraente não esteja em condições de fornecer o número de orçamentos requeridos para um bem ou serviço junto de fornecedores terceiros, devem ser indicadas à entidade adjudicante as razões desta incapacidade.

Estes orçamentos devem representar a solução mais vantajosa em termos económicos e qualitativos para a entidade adjudicante. As ofertas de preços de fornecedores terceiros devem ser anexadas à proposta do contraente. Todos os custos dos fornecedores terceiros devem corresponder aos preços reais de mercado dos produtos e serviços em causa. As eventuais reduções de preço ou qualquer desconto oferecido por um fornecedor terceiro devem beneficiar

apenas o Parlamento Europeu e, de modo algum, o contraente. O contraente não pode beneficiar de nenhuma margem comercial suplementar, com exceção das comissões indicadas na lista de preços do anexo 1.

O montante da proposta final corresponde à soma dos custos do fornecedor terceiro proposto e a comissão de gestão do contraente. Estes custos devem ser especificados e pormenorizados na proposta financeira, em separado das comissões do contraente, a fim de serem reembolsados na fase de faturação e de pagamento final.

Esta oferta e, em particular, todas as prestações propostas por terceiros, serão objeto de revisão de acordo com o *feedback* e as instruções do Parlamento Europeu, que deverá aprovar previamente qualquer encomenda de serviços prestados por terceiros.

Nota de encomenda

Com base na proposta final apresentada pelo contraente, a entidade adjudicante elaborará e assinará uma nota de encomenda. Esta nota de encomenda devidamente assinada representa a aceitação da oferta e constitui um contrato. A partir desta fase, e em função das necessidades, serão realizadas reuniões preparatórias ou de coordenação entre o gabinete de ligação do Parlamento Europeu e o contraente para organizar a atividade.

Após a assinatura da nota de encomenda, o contraente, por intermédio do coordenador do evento, deve manter o gabinete de ligação do Parlamento Europeu informado dos progressos feitos durante a fase de preparação do evento.

Avaliação

A avaliação e a elaboração de relatórios sobre os resultados das avaliações devem ser parte integrante das tarefas individuais, em conformidade com os termos das notas de encomenda. Ao longo de todo o procedimento, o contraente deve utilizar uma metodologia de avaliação clara para medir a qualidade, os resultados e o impacto destas atividades (anteriores e posteriores) a nível nacional, regional e/ou local (sistema de medição do desempenho). O sistema de medição do desempenho terá por base as diretrizes de avaliação do Parlamento Europeu e os indicadores normalizados (indicadores fundamentais de desempenho (IFD)).

Relatório final e fatura

Concluída a tarefa, o contraente deve enviar a fatura, juntamente com um relatório final.

O relatório conterá uma síntese das atividades realizadas, as lições retiradas da gestão destas atividades, bem como quaisquer recomendações para futuras atividades similares. Além disso, incluirá informações detalhadas sobre a avaliação efetuada, tal como especificado mais acima.

O relatório deve ser elaborado utilizando a mesma estrutura da oferta e deve indicar separadamente os serviços e os custos de gestão do contraente e os pagamentos a empresas terceiras, devendo ainda ser acompanhado de uma cópia das faturas ou outros documentos comprovativos (por exemplo, faturas de aluguer de salas, faturas de intérpretes, faturas de restauração, etc.) de fornecedores terceiros, de modo a permitir o reembolso das despesas ao contraente por parte do Parlamento Europeu.

Tratamento das encomendas / Calendário

-) Pedido de prestação de serviços apresentado pelo gabinete de ligação, no mínimo, quatro semanas antes da data prevista para o evento (em casos excecionais, este prazo pode ser reduzido).

- J O contraente responde ou envia ao gabinete de ligação um projeto de oferta no prazo máximo de 14 dias de calendário, salvo indicação em contrário do gabinete de ligação. Se necessário, baseia-se nos orçamentos enviados pelos fornecedores terceiros e que acompanham a proposta.
- J Na sequência de observações ou pedidos de ajustamento por parte do gabinete de ligação, o contraente apresenta uma proposta final.
- J O Parlamento Europeu elabora a nota de encomenda no prazo de dez dias de calendário a contar da receção da oferta (em casos excecionais, o prazo poderá ser alargado).
- J Reuniões de coordenação e/ou preparatórias convocadas pelo gabinete de ligação (se for caso disso).
- J Realização do trabalho solicitado e observância dos prazos fixados.
- J Relatório final do contraente sobre as atividades realizadas e os resultados alcançados.
- J Reunião de fim de missão organizada pelo gabinete de ligação (se necessário).
- J Pagamento da fatura no prazo de 30 dias de calendário a contar da data de receção e aceitação pelos serviços competentes do Parlamento Europeu.

3.6 Duração e montante máximo do contrato

A duração total do contrato será de quatro anos a contar da data de assinatura, podendo ser renovado por três vezes. A execução do contrato só terá início a partir da data da assinatura do contrato-quadro. As renovações do contrato serão efetuadas em conformidade com as condições nele referidas.

O valor total máximo do contrato é de 700.000 euros.

4 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONCURSO

Poderão participar no processo de concurso, em igualdade de condições, todas as pessoas singulares, coletivas e organismos públicos dos Estados-Membros da União Europeia, bem como todas as pessoas singulares, coletivas e organismos públicos dos países terceiros que concluíram com a União Europeia um acordo específico no domínio dos contratos públicos, dando-lhes acesso ao contrato objeto desse concurso e nas condições previstas por esse acordo.

Para efeitos de determinação da elegibilidade, os proponentes deverão indicar na sua proposta o Estado onde têm a sua sede ou onde estão domiciliados. Deverão, igualmente, apresentar as provas exigidas pela pertinente legislação nacional ou outras provas equivalentes que permitam ao Parlamento Europeu verificar a sua origem.

5 AGRUPAMENTOS DE OPERADORES ECONÓMICOS

O anexo V deve ser obrigatoriamente preenchido e anexado à proposta sempre que esta seja apresentada por um agrupamento de operadores económicos.

Os agrupamentos de operadores económicos são autorizados a apresentar propostas. O Parlamento Europeu reserva-se o direito de exigir que o agrupamento selecionado revista uma forma jurídica determinada se tal for necessário para a boa execução do contrato. O Parlamento Europeu poderá comunicar esta exigência em qualquer momento do processo de adjudicação do contrato, mas sempre antes da assinatura do mesmo.

O agrupamento de operadores económicos deverá justificar a sua forma jurídica, o mais tardar antes da assinatura do contrato se este lhe for adjudicado. Esta forma jurídica poderá ser uma das seguintes:

- uma entidade com uma personalidade jurídica reconhecida por um Estado-Membro;
- uma entidade sem personalidade jurídica, mas que ofereça ao Parlamento Europeu uma proteção suficiente a nível dos interesses contratuais (em função do Estado-Membro em causa, poderá ser, por exemplo, um consórcio ou uma associação momentânea);
- a assinatura, por todos os sócios, de uma "procuração" ou documento equivalente que ratifique uma forma de cooperação.

O estatuto efetivo do agrupamento será provado por qualquer documento ou acordo subscrito pelos membros do agrupamento e anexado à proposta.

Excecionalmente, estes documentos ou acordos poderão ser alterados e/ou enviados após o prazo de apresentação de uma proposta mas, em caso algum, após a comunicação dos resultados do concurso aos proponentes em causa. O Parlamento Europeu reserva-se o direito de rejeitar uma proposta se as condições dos acordos entre os membros de um agrupamento forem modificadas durante o processo, se aquelas não preverem uma responsabilidade solidária dos seus membros ou se não tiver sido apresentado qualquer acordo com valor jurídico anexo à proposta.

O Parlamento Europeu poderá aceitar outras formas jurídicas não previstas na enumeração *supra* desde que estas garantam a responsabilidade solidária das partes e sejam compatíveis com a execução do contrato. De qualquer modo, recorda-se que o Parlamento Europeu se referirá expressamente no contrato a assinar com o agrupamento de operadores à existência desta responsabilidade solidária. Além disso, reserva-se o direito de exigir, contratualmente, a nomeação de um mandatário comum habilitado a representar os membros e com poderes, designadamente, para emitir faturas em nome dos outros membros.

As propostas emanadas de agrupamentos de operadores económicos devem precisar a função, as competências e a experiência de cada membro do agrupamento. A apresentação da proposta será efetuada pelos operadores económicos unidos que assumem igualmente uma responsabilidade solidária para a apresentação da proposta.

No caso de um agrupamento de operadores económicos, a prova de direito de acesso ao concurso (elegibilidade), bem como as provas relativas ao respeito dos critérios de exclusão e de seleção, será fornecida por cada membro do agrupamento. Quanto aos critérios de seleção, o Parlamento Europeu pode fazer valer as capacidades dos outros membros do agrupamento para determinar se o proponente dispõe dos meios necessários para a execução do contrato. Nesse caso, será exigida a assunção de um compromisso por parte destes membros que especifique que colocam à disposição dos outros membros os meios necessários para a execução do contrato.

6 SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação é autorizada.

O anexo VI deve ser obrigatoriamente preenchido e anexado à proposta sempre que o proponente recorra à subcontratação.

A proposta deve especificar, sempre que possível, a parte do contrato que o proponente tenciona subcontratar e a identidade dos subcontratantes. Durante o processo de adjudicação ou durante a execução do contrato, o Parlamento Europeu reserva-se o direito de exigir aos proponentes informações sobre as capacidades financeiras, económicas, técnicas e profissionais do(s) subcontratante(s) proposto(s). Por outro lado, o Parlamento Europeu poderá exigir as provas necessárias para determinar se os subcontratantes cumprem os critérios de exclusão exigidos.

Os proponentes são informados de que os subcontratantes propostos não podem encontrar-se numa das situações descritas nos artigos 106.º e 107.º do Regulamento Financeiro que implicam a exclusão da participação num processo de adjudicação de um contrato da União Europeia.

O Parlamento Europeu deve verificar se os subcontratantes, nos casos em que a subcontratação represente uma parte significativa do contrato, cumprem os critérios de seleção pertinentes.

O Parlamento Europeu tem o direito de rejeitar os subcontratantes que não satisfaçam os critérios de exclusão (ver ponto 13) e/ou de seleção (ver ponto 14).

Além disso, o contraente deve informar o Parlamento Europeu sobre qualquer nova subcontratação não prevista na proposta. O gestor orçamental competente reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar o subcontratante proposto. Para o efeito, poderá exigir as provas necessárias para determinar se o(s) subcontratante(s) cumprem os critérios requeridos. A autorização do Parlamento Europeu será sempre concedida por escrito.

A adjudicação do contrato a um proponente que inclui um subcontratante na sua proposta equivale a uma autorização da subcontratação.

7 VARIANTES

Não são autorizadas variantes.

8 PREÇO

Os preços são revistos segundo as condições estabelecidas no contrato.

Em conformidade com o artigo 3.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia, os preços apresentados na proposta serão indicados sem IVA e outras taxas equivalentes.

A proposta de preços deve ser fixa, com tudo incluído e expressa em euros, incluindo para os países que não fazem parte da zona euro. No caso dos proponentes destes últimos países, o montante da proposta não poderá ser revisto em função da evolução da taxa de câmbio. Cabe ao proponente escolher a taxa de câmbio e assumir os riscos ou benefícios da variação desta.

Além disso, a execução do contrato poderá dar lugar ao reembolso de custos de terceiros, por exemplo, para a locação de instalações, etc. que serão reembolsados com base na apresentação do documento comprovativo original (por exemplo, fatura) sem IVA. Qualquer montante de IVA pago pelo contraente a terceiros terá de ser recuperado pelo contraente através do processo ordinário de cobrança de IVA, de acordo com a legislação nacional.

Se os documentos comprovativos para o reembolso forem emitidos noutra moeda que não seja o euro, a conversão deve ser efetuada de acordo com a taxa de câmbio diária do euro publicada no Jornal Oficial da União Europeia, aplicável na data em que foi emitido o documento comprovativo.

Todas as despesas reembolsáveis estão sujeitas à aprovação prévia do Parlamento Europeu.

9 GARANTIAS FINANCEIRAS

Não aplicável.

10 ASPETOS AMBIENTAIS

Política ambiental do Parlamento Europeu

O proponente a quem for adjudicado o contrato compromete-se a respeitar escrupulosamente a legislação ambiental em vigor no domínio do contrato. A esse respeito, cabe observar que o Parlamento Europeu aplica o sistema de gestão ambiental EMAS, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009. O gestor orçamental faculta informação sobre o EMAS no anexo II do presente caderno de encargos. O adjudicatário deverá assegurar-se de que o seu pessoal ao serviço do Parlamento Europeu tem conhecimento das informações transmitidas pelo Parlamento Europeu sobre o programa EMAS em geral e, mais concretamente, sobre a aplicação prática de medidas ambientais. A pedido do Parlamento Europeu, o adjudicatário pode ser obrigado a atestar que qualquer pessoa que participe nas obras previstas no contrato recebeu a formação profissional necessária e adequada (nos domínios técnico, da segurança e do ambiente) relativa ao cumprimento das regras de segurança, à manipulação correta dos equipamentos e produtos a utilizar, incluindo as medidas a tomar em caso de manipulação incorreta ou de outros eventuais incidentes.

Os proponentes deverão pôr em prática políticas adequadas e métodos para garantir o pleno respeito dos aspetos ambientais em todas as fases do processo de prestação de serviços, por exemplo no que respeita aos serviços de tipografia, serviços de restauração durante os eventos, oferta de materiais e produtos reutilizáveis ou não retornáveis, ou gestão dos resíduos. Este nível de proteção inclui medidas adequadas para garantir a observância pelos prestadores de serviços terceiros.

11 POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O proponente a quem for adjudicado o contrato compromete-se a respeitar, na execução do contrato, uma política de promoção da igualdade e da diversidade, garantindo a plena e integral aplicação dos princípios da não discriminação e da igualdade enunciados nos Tratados comunitários. Mais precisamente, o adjudicatário do contrato compromete-se a criar, manter e promover um ambiente de trabalho aberto e inclusivo, respeitador da dignidade humana e dos princípios da igualdade de oportunidades, articulado em torno de três eixos prioritários:

- igualdade entre mulheres e homens;
- emprego e integração das pessoas com deficiência;
- eliminação de qualquer obstáculo ao recrutamento e de qualquer forma potencial de discriminação baseada no sexo, na raça ou origem étnica, na religião ou crença, na deficiência, idade ou orientação sexual.

12 MODALIDADES DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS-QUADRO

Não aplicável

PARTE II – CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO, SELEÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

O texto integral dos artigos 106.º, 107.º e 108.º do Regulamento Financeiro relativos aos critérios de exclusão e respetiva aplicação está disponível no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 286, publicado em 30 de outubro de 2015, pp. 1-29.

Artigo 106.º do Regulamento Financeiro (excertos): só são aqui inseridos os n.ºs 1, 4, 7 e 8.

1. A entidade adjudicante exclui um operador económico da participação nos procedimentos de contratação regidos pelo presente regulamento se:
 - a) O operador económico se encontrar em situação de falência, sujeito a um processo de insolvência ou de liquidação, se os seus bens estiverem sob administração de um liquidatário ou sob administração judicial, se tiver celebrado um acordo com os credores, se as suas atividades empresariais estiverem suspensas ou se se encontrar em qualquer situação análoga resultante de um processo da mesma natureza ao abrigo da legislação ou regulamentação nacionais;
 - b) Tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por a decisão administrativa definitiva, que o operador económico não cumpriu as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social nos termos do direito do país em que se encontra estabelecido ou do país em que a entidade adjudicante tem a sua sede ou do direito do país de execução do contrato;
 - c) Tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que o operador económico cometeu uma falta grave em matéria profissional por ter violado disposições legislativas ou regulamentares ou regras deontológicas aplicáveis à profissão à qual pertence, ou por ter cometido qualquer comportamento ilícito que tenha um impacto sobre a sua credibilidade profissional, sempre que tal comportamento denote uma intenção dolosa ou uma negligência grave, incluindo, em particular, qualquer um dos seguintes comportamentos:
 - i) apresentação de forma fraudulenta ou negligente de informações falsas no que diz respeito às informações exigidas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou do cumprimento dos critérios de seleção ou de execução de um contrato,
 - ii) celebração de um acordo com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência,
 - iii) violação dos direitos de propriedade intelectual,
 - iv) tentar influenciar o processo de decisão da entidade adjudicante durante o procedimento de contratação,
 - v) tentativa de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento de contratação;

- d) Confirmação, por sentença judicial transitada em julgado, de que o operador económico é culpado de qualquer dos seguintes atos:
- i) fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, estabelecida por ato do Conselho de 26 de julho de 1995;
 - ii) corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida por ato do Conselho de 26 de maio de 1997, e no artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, ou ainda na aceção do direito do país em que a entidade adjudicante tem a sua sede ou do país em que o operador económico está estabelecido ou do país de execução do contrato;
 - iii) participação numa organização criminosa, tal como definida no artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho;
 - iv) branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento e do Conselho;
 - v) infrações relacionadas com o terrorismo ou infrações relacionadas com atividades terroristas, tal como definidas, respetivamente, nos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho, ou ainda instigação, cumplicidade ou tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão,
 - vi) trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho;
- e) O operador económico tiver revelado deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações relativas à execução de um contrato financiado pelo orçamento, que tenham levado à sua rescisão antecipada ou à imposição de indemnizações por perdas e danos ou de outras sanções contratuais, ou que tenham sido detetadas na sequência de controlos, auditorias ou inquéritos por um gestor orçamental, pelo OLAF ou pelo Tribunal de Contas;
- f) Tiver sido confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que o operador económico cometeu uma irregularidade na aceção do artigo 1.º, n.º 2, do Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95.
4. A entidade adjudicante exclui o operador económico sempre que uma pessoa que seja membro do órgão de administração, gestão ou supervisão desse operador económico ou tenha poderes de representação, decisão ou controlo relativamente a esse operador económico esteja numa ou em várias das situações previstas no n.º 1, alíneas c) a f). A entidade adjudicante exclui também o operador económico sempre que uma pessoa singular ou coletiva que assume a responsabilidade ilimitada pelas dívidas desse operador económico esteja numa ou em várias das situações previstas no n.º 1, alíneas a) ou b).
7. A entidade adjudicante (...) não exclui um operador económico da participação nos concursos se:
- a) O operador económico tiver tomado as medidas corretivas especificadas no n.º 8 do presente artigo, demonstrando assim a sua fiabilidade. A presente alínea não se aplica no caso referido no n.º 1, alínea d), do presente artigo;

- b) Tal for indispensável para assegurar a continuidade do serviço, por um período limitado e na pendência da adoção das medidas corretivas especificadas no n.º 8 do presente artigo;
- c) Essa exclusão for desproporcionada (...).

Além disso, o n.º 1, alínea a), do presente artigo, não se aplica no caso da aquisição de produtos em condições especialmente vantajosas, quer a fornecedores que cessem definitivamente a sua atividade comercial, quer a liquidatários num processo de insolvência, no âmbito de uma concordata com os credores ou num processo da mesma natureza previsto no direito nacional.

(...)

8. As medidas referidas no n.º 7 que corrigem a situação de exclusão podem incluir, nomeadamente:
 - a) Medidas para identificar a origem das situações que motivaram a exclusão e medidas técnicas, organizativas e de pessoal concretas no âmbito da área pertinente de atividade do operador económico, suscetíveis de corrigir o comportamento e evitar que volte a repetir-se;
 - b) Prova de que o operador económico tenha tomado medidas para indemnizar ou reparar os danos ou prejuízos causados aos interesses financeiros da União pelos factos que motivaram à situação de exclusão;
 - c) Prova de que o operador económico tenha pago ou garantido o pagamento da coima imposta por uma autoridade competente ou de quaisquer impostos ou contribuições para a segurança social a que se refere o n.º 1, alínea b).

Artigo 107.º do Regulamento Financeiro (excertos): só são aqui inseridos os n.ºs 1 e 2.

Rejeição de um procedimento específico de contratação

1. A entidade adjudicante não adjudica um contrato, no âmbito de um procedimento específico de contratação, a um operador económico que:
 - a) Se encontre numa situação de exclusão estabelecida nos termos do artigo 106.º;
 - b) Tenha apresentado declarações falsas no que diz respeito às informações exigidas para participar no procedimento ou não tenha fornecido essas informações;
 - c) Tenha anteriormente estado envolvido na preparação dos documentos do concurso, sempre que tal implique uma distorção da concorrência que não possa ser sanada de outro modo.
2. Antes de tomar a decisão de rejeitar um operador económico no âmbito de um procedimento específico de contratação, a entidade adjudicante dá ao operador económico a possibilidade de apresentar as suas observações, a menos que a rejeição tenha sido justificada, em conformidade com o n.º 1, alínea a), por uma decisão de exclusão tomada em relação ao operador económico, na sequência do exame das suas observações.

O candidato/proponente deve preencher a secção do anexo III relativa aos critérios de exclusão.

Avaliação dos critérios de exclusão

1. Todos os proponentes devem apresentar uma declaração sob compromisso de honra devidamente assinada e datada, utilizando o formulário que figura no anexo III.
2. O proponente a quem o contrato for adjudicado, fornecerá, num prazo de 14 dias após a data de notificação da adjudicação provisória do contrato e antes da assinatura do contrato, as seguintes provas:
 - um certificado de registo criminal recente ou, na sua ausência, um documento equivalente recentemente emitido por uma autoridade judicial ou administrativa do país de estabelecimento que ateste que o operador económico a quem foi adjudicado o contrato não se encontra numa das situações descritas no artigo 106.º, n.º 1, alíneas a), c), d) ou f), do Regulamento Financeiro; o mesmo é aplicável às pessoas indicadas no artigo 106.º, n.º 4 do Regulamento Financeiro; o mesmo é aplicável às pessoas indicadas no artigo 106.º, n.º 4 do Regulamento Financeiro;
 - um certificado recente emitido pela autoridade competente do Estado em causa, que ateste que o proponente não se encontra na situação descrita no artigo 106.º, n.º 1, alíneas a) e b), do Regulamento Financeiro;
 - se os documentos ou o certificado acima referidos não forem emitidos no país em causa, e relativamente aos demais casos de exclusão enumerados no artigo 106.º do Regulamento Financeiro, estes podem ser substituídos por uma declaração sob juramento ou, na sua ausência, por uma declaração sob compromisso de honra efetuada pelo interessado perante uma autoridade judicial ou administrativa, um notário ou um organismo profissional competente do seu país de estabelecimento;
3. O proponente a quem o contrato venha a ser adjudicado deve ficar isento da obrigação de apresentar as provas documentais referidas no n.º 2 se quem age na qualidade de proponente forem organizações internacionais, se a entidade adjudicante puder aceder, a título gratuito, a provas documentais contidas numa base de dados nacional ou se as referidas provas já lhe tiverem sido apresentadas noutro procedimento de adjudicação de contratos, na condição de que a data de emissão dos documentos não seja superior a um ano e de que estes continuem válidos. Nesse caso, o proponente atestará sob compromisso de honra que os documentos comprovativos já foram fornecidos num anterior processo de adjudicação de contratos e confirmará que não se verificou qualquer alteração da sua situação.

14 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

14.1 Capacidade jurídica e regulamentar

O proponente deve satisfazer, pelo menos, uma das seguintes condições:

- (a) estar inscrito num registo profissional ou comercial pertinente, exceto para as organizações internacionais;
- (b) ser titular de uma autorização especial comprovativa de que está autorizado a executar o contrato no seu país de estabelecimento ou ser membro de uma determinada organização profissional.

14.2 Capacidade financeira e económica

O proponente deve dispor de uma capacidade económica e financeira suficiente que lhe permita executar o contrato no respeito das disposições contratuais, tendo em conta o valor e a extensão deste. Se, com base nas informações recebidas, o Parlamento Europeu tiver sérias dúvidas quanto à capacidade financeira do proponente ou se esta for claramente insuficiente para a execução do contrato, a proposta poderá ser rejeitada, não podendo o proponente exigir qualquer compensação financeira.

Além disso, para o contrato objeto do presente concurso, o Parlamento Europeu exige aos proponentes uma capacidade financeira e económica mínima que será avaliada com base nos seguintes elementos:

- volume de negócios mínimo de 140.000 euros no domínio coberto pelo contrato durante os dois últimos exercícios cujas contas estejam fechadas;

A avaliação da capacidade financeira e económica será efetuada a partir dos elementos contidos nos seguintes documentos, a fornecer pelos proponentes:

- Conta de ganhos e perdas dos dois últimos exercícios ou declaração de impostos para as pessoas singulares;
- Prova de seguro de riscos profissionais.

Caso o proponente não esteja em condições de fornecer as referências solicitadas, pode comprovar a sua capacidade económica e financeira por qualquer outro documento considerado apropriado pelo Parlamento Europeu.

O proponente poderá ainda fazer valer as capacidades de outras entidades, independentemente da natureza jurídica das relações que existam entre o próprio e estas entidades. Deve, neste caso, provar ao Parlamento Europeu que disporá dos meios necessários para a execução do contrato, por exemplo garantindo o compromisso destas entidades de colocar os referidos meios à sua disposição. Neste caso, o Parlamento Europeu tem o direito de recusar a candidatura ou a proposta apresentada se tiver dúvidas quanto ao compromisso ou capacidades financeiras do terceiro. O Parlamento poderá, se for caso disso, exigir que o proponente e as referidas entidades sejam solidariamente responsáveis pela execução do contrato.

Nas mesmas condições, um agrupamento de operadores económicos pode recorrer às capacidades dos participantes no agrupamento ou de outras entidades.

Além disso, o proponente pode sempre apoiar-se nas capacidades económicas de um ou mais subcontratantes, desde que estes se comprometam a participar na execução do contrato. Neste caso, o Parlamento Europeu avaliará as capacidades do(s) subcontratante(s), atendendo à extensão da sua participação na execução do contrato.

14.3 Capacidade técnica e profissional

O proponente deve dispor de uma capacidade técnica e profissional suficiente que lhe permita executar o contrato no respeito das disposições contratuais, tendo em conta o valor e a extensão deste. Se, com base nas informações recebidas, o Parlamento Europeu tiver sérias dúvidas quanto às capacidades técnicas e profissionais do proponente ou se estas forem claramente insuficientes para a execução do contrato, a proposta poderá ser rejeitada, não podendo o proponente exigir qualquer compensação financeira.

Para o contrato objeto do presente concurso, o Parlamento Europeu exige aos proponentes que disponham das seguintes capacidades técnicas e profissionais:

- Dispor das competências profissionais necessárias para executar os serviços em questão, com experiência mínima de três anos em prestações/fornecimentos idênticos aos exigidos no contrato em questão.
- Documentos comprovativos a apresentar: uma lista dos principais serviços prestados e fornecimentos de bens efetuados nos últimos três anos, com indicação do montante, data e clientes, públicos ou privados.
- A equipa proposta para a prestação de serviços deve ser composta, pelo menos, por um chefe de projeto e dois assistentes de projeto. O chefe de projeto deve ter, no mínimo, cinco anos de experiência comprovada nos domínios da organização de eventos e da consultoria em comunicação; os outros membros da equipa terão uma experiência mínima de três anos. Todos os membros da equipa devem possuir um excelente conhecimento escrito e oral da(s) língua(s) de trabalho do gabinete de ligação do Parlamento Europeu.
- Documentos comprovativos a apresentar: CV do chefe de projeto e dos membros da equipa designados pelo proponente para prestar os serviços em causa e uma declaração com a indicação dos efetivos médios anuais e o número de quadros superiores do proponente nos últimos três anos.

Caso a composição da equipa do adjudicatário seja posteriormente alterada, este é obrigado a respeitar em todas as circunstâncias os requisitos mínimos acima indicados.

O proponente poderá fazer valer as capacidades de outras entidades, independentemente da natureza jurídica das relações que existam entre o próprio e estas entidades. Deve, neste caso, provar ao Parlamento Europeu que disporá dos meios necessários para a execução do contrato, por exemplo garantindo o compromisso destas entidades de colocar os referidos meios à sua disposição. Neste caso, o Parlamento Europeu terá o direito de recusar a candidatura ou a proposta apresentada se tiver dúvidas quanto ao compromisso ou capacidades profissionais e/ou técnicas do terceiro.

De qualquer modo, o proponente pode sempre apoiar-se nas capacidades técnicas e profissionais de um ou mais subcontratantes, desde que estes se comprometam a participar na execução do contrato. Neste caso, o Parlamento Europeu avaliará as capacidades do(s) subcontratante(s), atendendo à extensão da sua participação na execução do contrato.

Caso determine que um proponente se encontra em situação de conflito de interesses suscetível de ter incidência sobre a execução do contrato, o Parlamento Europeu pode concluir que o proponente não tem o nível de qualidade adequado para a execução do contrato.

15 CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

O contrato será adjudicado à proposta economicamente mais vantajosa.

Para determinar a proposta economicamente mais vantajosa, a avaliação das propostas basear-se-á nos seguintes critérios:

Critérios qualitativos

Na avaliação qualitativa da proposta, pode ser obtido um máximo de 100 pontos.

Critérios qualitativos	Explicação
Qualidade dos métodos de trabalho, gestão de projetos e afetação de recursos	<ul style="list-style-type: none"> Os proponentes devem descrever a abordagem proposta para a estrutura de gestão corrente e a organização da equipa, a fim de garantir a máxima eficiência em termos de custo, rapidez, capacidade e flexibilidade. Além disso, o

(20 pontos)	proponente deve explicar o modo como tenciona estabelecer a relação de trabalho com o gabinete de ligação. Deve descrever os procedimentos previstos para garantir uma cooperação eficaz.
Qualidade e coerência da proposta em relação aos serviços requeridos. (20 pontos)	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da abordagem proposta para atingir os objetivos do gabinete de ligação e prestar os serviços solicitados. • Qualidade e coerência relativamente aos objetivos do contrato, da prestação de serviços e das especificações técnicas do equipamento proposto para a execução do contrato com base na lista de preços. • Metodologia proposta para o desenvolvimento da atividade de comunicação a título das diferentes tarefas.
Organização dos fornecedores terceiros (20 pontos)	<ul style="list-style-type: none"> • Os proponentes devem demonstrar como tencionam mobilizar rapidamente uma rede de fornecedores terceiros. Devem descrever a forma como pretendem trabalhar com os fornecedores locais, bem como os mecanismos previstos para determinar quem presta os serviços e a forma de garantir as melhores condições, nomeadamente em termos de relação qualidade-preço. Além disso, os proponentes devem descrever as disposições previstas para suprir eventuais deficiências por parte de um ou mais fornecedores locais, a fim de assegurar a continuidade do serviço.
Qualidade das políticas e dos métodos ambientais propostos (10 pontos)	<ul style="list-style-type: none"> • Os proponentes devem descrever as políticas e os métodos que tencionam aplicar para assegurar o respeito dos aspetos ambientais, nomeadamente o sistema de gestão ambiental (EMAS) do Parlamento Europeu ao longo de todas as fases da prestação do serviço. Este nível de proteção inclui medidas adequadas para garantir a observância pelos prestadores de serviços terceiros.
Qualidade da avaliação do impacto da ação realizada (10 pontos)	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem proposta para a otimização e avaliação do impacto da ação realizada, particularmente em termos de custo/eficácia, quer em termos gerais (metodologia, indicadores) quer em termos específicos (aplicação aos serviços solicitados).
Qualidade do estudo de caso (20 pontos)	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade profissional e coerência do estudo. Clareza das ações propostas e das responsabilidades dos diferentes intervenientes. Grau de pormenor apropriado do estudo. Identificação e tomada em consideração dos desafios específicos no caso específico. • Qualidade da abordagem fundamentada para a consecução dos objetivos específicos do estudo de caso. • Qualidade da afetação de recursos, sobretudo do pessoal. Afetação de um contingente adequado de recursos.

Para poderem aceder à fase seguinte do processo de avaliação, os proponentes devem obter uma pontuação mínima de:

- 50 % de cada um dos critérios de qualidade acima definidos;
- 60 % da pontuação global de todos os critérios.

Critério «preço»

Os elementos da lista de preços estão sujeitos a coeficientes de ponderação (ver anexo I). Estes coeficientes são estabelecidos com base num cálculo dos serviços que será possível executar durante um determinado período de tempo, com base no contrato-quadro a concluir. No entanto, não têm qualquer influência na utilização real do presente contrato-quadro.

Para obter a «componente de preço» da proposta, cada preço será multiplicado pelo coeficiente de ponderação relevante. O preço total a ter em conta será determinado do seguinte modo:

Soma dos preços ponderados para A1 * 20 % + soma dos preços ponderados para A2 * 20 % + soma dos preços ponderados para B1 * 15 % + soma dos preços ponderados para B2 * 5 % + soma dos preços ponderados para C * 40 %.

Chama-se a atenção dos proponentes para o facto de a lista de preços fornecer uma base equitativa e não discriminatória para a avaliação das propostas financeiras e que, no final, a lista de preços constituirá uma tabela de referência a utilizar no âmbito do contrato-quadro concluído com o adjudicatário. A lista de preços não pode, em caso algum, ser considerado um compromisso da parte da entidade contratante de emitir notas de encomenda de serviços para os serviços e as correspondentes quantidades, e não pode gerar qualquer direito ou expectativa legítima da parte do contraente.

Adjudicação do contrato

O contrato será adjudicado à proposta economicamente mais vantajosa. A proposta economicamente mais vantajosa será determinada em função do preço total da proposta e da qualidade da proposta (ver *supra*).

A proposta economicamente mais vantajosa será determinada com base na ponderação da proposta técnica (60 %) e da proposta financeira (40 %), aplicando a seguinte fórmula:

Pontuação da proposta X = (preço mais baixo/preço da proposta X) * 100 * 40 % + pontuação total da qualidade da proposta X * 60 %.

O contrato será adjudicado ao proponente que obtenha a pontuação mais elevada.